

O **Prémio Análise Social-FLAD 2011**, no valor de 1000 euros, destinado a galardoar o melhor artigo/estudo publicado na revista em 2010, foi atribuído a José Manuel Mendes (CES, Universidade de Coimbra), “Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede”, *Análise Social*, XLV (3), 2010, pp. 447-465.

Sumário: Neste artigo procede-se a uma reflexão crítica sobre a teoria do actor-rede de Michel Callon e Bruno Latour. Salienta-se a necessidade de incorporar no estudo do social as emoções e a imponderabilidade. Tendo como referência a análise de situações de catástrofe ou de acontecimentos extremos, propõe-se uma reflexão sobre o trabalho político que coloca fora das redes sociais, como irrecuperáveis e descartáveis, todos os que não criam ou não possuem valor na perspectiva hegemónica e que, por conseguinte, não são construídos como portadores de direitos sociais e políticos, tornando-se invisíveis e ausentes das análises convencionais propostas pela teoria do actor-rede.

O **Prémio Especial do Júri 2011**, no valor de 500 euros, destinado a galardoar o melhor artigo/estudo da autoria de um jovem investigador publicado na revista em 2010 foi atribuído *ex-aequo* a Miguel Morgado (Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa), “Filosofia política e democracia”, *Análise Social*, XLV (3), 2010, pp. 467-489.

Sumário: A filosofia política enquanto filosofia *política* e da *política* não está desligada das condições *políticas* da sua actividade. A defesa política da filosofia, que é um elemento estruturante da *filosofia política*, resulta incontornavelmente de um confronto entre as várias formas de existência disponíveis aos homens e por eles vividas. Porém, o regime político e a sua vitalidade histórica afectam o modo de relacionamento do filósofo com a cidade quando procede à defesa política da filosofia. Neste texto tentarei examinar a relação concreta que se estabelece entre a democracia contemporânea e a filosofia política e sugerir que esta relação, apesar de historicamente benévola para a filosofia política, contém também alguns riscos.

e a António Baptista (ICS, Universidade de Lisboa), “Democracia e representação democrática”, *Análise Social*, XLV (3), 2010, pp. 491-514.

Sumário: Neste artigo sustenta-se que a democraticidade é o fundamento da legitimidade da representação. Assim, debater normativamente o problema da representação passa pela elucidação e defesa prévias de um modelo de democracia. Defende-se a democracia como o ideal (processual) da igualdade política (isocracia). Analisam-se e rejeitam-se as objecções às concepções processuais de democracia e expõem-se as debilidades das concepções substantivas rivais. Finalmente, à luz do ideal da isocracia, demonstra-se a superioridade democrática da democracia directa e sustenta-se que os sistemas eleitorais proporcionais são os que melhor se coadunam com a representação fidedigna das preferências dos cidadãos, isto é, a representação democrática.

O prémio foi atribuído pelo seguinte júri: José Manuel Rolo (ICS, Universidade de Lisboa, presidente); Pedro Tavares de Almeida (FCSH, Universidade Nova de Lisboa); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra).